



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
FACULDADE UNB DE PLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – LEDOC**

**SABERES E FAZERES DE PARTEIRAS KALUNGAS DE DIADEMA E RIBEIRÃO
DOS BOIS, TERESINA – GO**

CÁSSIA PEREIRA MARINHO

**PLANALTINA – DF
2015**

CÁSSIA PEREIRA MARINHO

**SABERES E FAZERES DAS PARTEIRAS KALUNGA DE DIADEMA E RIBEIRÃO
DOS BOIS, TERESINA – GO**

Monografia apresentada à Faculdade UnB de Planaltina FUP/UnB, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Educação do Campo, com habilitação na área de linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva

Planaltina – DF

2015

MARINHO, Cássia Pereira. Saberes e fazeres das parteiras Kalunga de Diadema e Ribeirão dos Bois, Teresina – GO. Planaltina - DF. 2015. 41 f.
Monografia – Faculdade UnB Planaltina, Universidade de Brasília.
Curso de Licenciatura em Educação do Campo.
Orientadora: Dr^a. Regina Coelly Fernandes Saraiva
1. Saberes e fazeres tradicionais. 2. Parteiras Kalunga de Ribeirão do Bois e Diadema e seus saberes e fazeres. 3. Valorização dos saberes e fazeres das parteiras Kalungas. I. MARINHO, Cássia Pereira. II. Saberes e fazeres das parteiras Kalunga de Diadema e Ribeirão dos Bois, Teresina – GO.

CÁSSIA PEREIRA MARINHO

**SABERES E FAZERES DAS PARTEIRAS KALUNGA DAS COMUNIDADES
DIADEMA E RIBEIRAO DOS BOIS, TERESINA - GO**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo – LEDOC, da Universidade de Brasília-UnB, como requisito parcial para a obtenção ao título de licenciada em Educação do Campo, defendida e aprovada em 09 de Dezembro de 2015.

Profa. Dra. Regina Coelly Fernandes Saraiva – Universidade de Brasília

Orientadora

Profa. Dra. Tania Cristina da Silva Cruz – Universidade de Brasília
(Examinadora Interna)

Profa. Dra. Livia Penna Firme Rodrigues – Universidade de Brasília
(Examinadora Interna)

Dedico este trabalho à minha família, por ter me ajudado com as minhas duas filhas, enquanto eu estava na Universidade, e por ter me dado força para eu não desistir. Pois foi difícil a permanência na LEdoC, pois estudar e cuidar dos filhos não é fácil. Mas, a minha família me ensinou a superar esta dificuldade, meus familiares sempre falavam que eu deveria estudar e aproveitar esta oportunidade. Então, estou realizando não só o meu sonho, mas também o da minha querida família. O tema escolhido é uma homenagem à parteira dona Paula, que faleceu com oitenta e dois anos de idade, após uma vida dedicada a ajudar as pessoas que estavam precisando, sem nada cobrar pelos seus serviços. Ela também ensinou essa profissão a outras mulheres mais novas, que seguem essa tradição na comunidade Ribeirão e Diadema. Dedico esse trabalho ao pai das minhas duas filhas, Claudio.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço Deus por ter me colocado esta grande oportunidade em minha vida. Agradeço, também, à minha família, por ter contribuído comigo nesta longa jornada para minha formação, principalmente aos meus pais, Rita e Horácio, e às minhas filhas Daiany e Taunay. E, também, agradeço aos meus irmãos, todos eles fazem parte pela minha dedicação: Jéssica, Luana, Cássio, Desemario.

Agradeço, também, a todas as pessoas da comunidade que contribuíram para na construção desta pesquisa, principalmente, as parteiras da comunidade Ribeirão dos Bois e Diadema: Delfina, Paula Suzideth e Cinezia.

Aos professores da LEdoC, que contribuíram durante estes 4 anos de formação; aos colegas de turma, nesta formação que caminhamos juntos, em busca de um sonho.

Às colegas de quarto, que muito me ajudaram, nos momentos que mais precisei. Minhas palavras são poucas, mas meu carinho por vocês é imenso, obrigada por tudo: Maria Divina, Lurdes, Esterina, Ana Lina, Cristiane, Rosilda Valquíria Cida, Eva e Maria Silva. Também, agradeço a Coraci e Adelaide, que sempre estiveram presentes, dando-me forças.

RESUMO

Este estudo mostra a importância das parteiras Kalunga de Ribeirão dos Bois e Diadema de seus saberes e fazeres. As comunidades Kalunga de Ribeirão dos Bois é a continuidade de suas atuações têm vínculo com o confronto entre estes distintos significados para a identidade quilombola, e em como esses fatores se configurarão nas relações de poder externas e internas. O objetivo deste estudo é pesquisar os saberes e fazeres das parteiras na Comunidade Quilombola Ribeirão dos Bois e Diadema de Teresina–GO e as suas contribuições para a Educação do Campo de forma que leve os alunos a preservar a memória das parteiras, por meio de documentos, imagens, vídeos etc. A pesquisa foi realizada em fevereiro de 2015, por meio de pesquisa qualitativa, na comunidade. Recorremos à estratégia de coleta de registro dos dados, após coletados, os dados foram, minuciosamente, analisados desde o momento exato da pesquisa e das entrevistas. É para reforçar a coleta com mais informações de dados através de observação e entrevista, para fazer uso das matérias visuais para registro desse dado. Iniciamos nossa investigação preparando-nos para definir e identificar as comunidades que possuem o perfil traçado pela base teórica que caracteriza uma Comunidade Tradicional. Os conhecimentos tradicionais são pouco estudados e não compõem, de forma expressiva, os materiais didáticos de nossas escolas. Portanto, apesar de serem fundamentais para muitos povos, são concebidos como inferiores, ou mesmo ultrapassados. Acredito que temos muitas coisas a aprender com esses saberes e, por isso, é fundamental conhecer mais sobre esse universo.

Palavras-chave: Parteiras. Comunidades Tradicionais. Educação do Campo.

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 - Mapa da localização dos Municípios que abrangem a Comunidade Quilombola Kalunga.....	39
--	----

LISTA DE FOTOS

Foto 1 –Dona: Cinezia dos Santos Rosa.....	25
Foto 2 –Dona: Suzideth Soares da Cunha.....	26
Foto 3 –Dona: Delfina Farias dos Santos.....	27
Foto 4 –Dona: Paula Soares de Aquino.....	28

LISTA DE ABREVIATURAS

AQK	Associação Quilombo Kalunga
ASKADIA	Associação dos Pequenos Agricultores Kalunga do Assentamento Diadema
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
DF	Distrito Federal
FE	Faculdade de Educação
FUP	Faculdade UnB Planaltina
GO	Goiás
IOC	Inserção Orientada na Comunidade
IOE	Inserção Orientada na Escola
LEdoC	Licenciatura em Educação do Campo
ONU	Organização das Nações Unidas
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
METODOLOGIA DA PESQUISA	16
CAPÍTULO I	17
1.0 SABERES E FAZERES TRADICIONAIS	18
1.1. CULTURA POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL.....	18
1.2. QUILOMBOS E TRADIÇÃO	20
CAPÍTULO II	24
2.0 PARTEIRAS KALUNGA DE RIBEIRÃO DOS BOIS E DIADEMA E SEUS SABERES E FAZERES.....	24
2.1. SER UMA PARTEIRA KALUNGA	29
CAPÍTULO III	32
3.0VALORIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES DAS PARTEIRAS KALUNGA.....	32
3.1. O TRABALHO NAS ESCOLAS DO CAMPO PARA VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS	33
3.2. A BUSCA DO PARTO HUMANIZADO E A VALORIZAÇÃO DAS PARTEIRAS KALUNGAS.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	37
ANEXOS	39

INTRODUÇÃO

Nas comunidades Kalunga, o povo é formado por descendentes de escravos que se organizaram em quilombos. A história desse povo começou há mais de duzentos anos. Foi quando o território, que hoje pertence ao estado de Goiás, começou a ser conquistado pelos colonizadores portugueses, no final do século XVII. Desde que chegaram ao Brasil, em 1500, os colonizadores tinham esperança de enriquecer com o comércio de produtos da terra que pudessem interessar aos compradores europeus. Aqui, existia o pau Brasil, que eles logo começaram a explorar.

Mas, o que havia de mais valioso mesmo eram as terras férteis do Brasil, vegetação vasta e exuberante. Aproveitando a abundância da terra, deram início ao plantio de cana para produzir o açúcar, que podia ser vendido muito caro na Europa. Para plantar cana e produzir açúcar, era preciso muita gente para trabalhar, então, os negros foram escravizados pelos portugueses (MOURA, 2007). Fugindo da escravidão, os índios foram se afastando do litoral, refugiando-se cada vez mais longe, no interior do território brasileiro. E logo os portugueses começaram a se organizar para capturá-los. Os primeiros tempos das plantações de cana de açúcar foram realizados com o trabalho dos índios escravizados, que bandeirantes compravam e traziam para o trabalho nos engenhos. Os bandeirantes eram grandes fornecedores de mão de obra escrava para as plantações.

A substituição da mão de obra indígena foi estimulada por decisões do rei de Portugal, que passou a favorecer os ricos comerciantes portugueses, donos dos navios que faziam as viagens transatlânticas e que controlavam o comércio de escravos da África para Europa. Ele concedeu monopólios aos traficantes portugueses e incentivou os plantadores de cana a comprar mais escravos africanos do que indígenas, dispensando os senhores de engenho de pagar parte dos impostos pela exportação desses escravos (MOURA, 2007).

Diante dessa nova realidade, já não era mais vantajoso explorar os indígenas da terra, quando se podia ir buscar os negros da África. E é aqui que começa a história dos antepassados do povo Kalunga da comunidade Ribeirão dos Bois.

No final do século XVII e começo do século XVIII, os bandeirantes, finalmente, conseguiram realizar o sonho de encontrar muito ouro nas terras do interior do Brasil. O ouro existia em grande quantidade. e as terras onde foi

descoberto passaram a ser chamadas de Minas Gerais. A febre do ouro tomou conta também do estado de Goiás (MOURA, 2007). Como havia muita riqueza, era preciso continuar explorando com mão de obra escrava, como no tempo da cana de açúcar, mas, agora, com os escravos. Os negros eram capturados na África, onde muitos morriam, não resistindo à captura. Os sobreviventes eram embarcados nos navios negreiros, com destino ao Brasil.

O sofrimento dos escravos começava já na África, e continuou aqui no Brasil por muito tempo. Por isso eram comuns revoltas de escravos. Muito escravos, para não serem mais escravizados, fugiram e se esconderam em lugares de difícil acesso, por toda parte no Planalto Central brasileiro, e um desses lugares foi na Chapada dos Veadeiros, formando quilombos (MOURA, 2007). O senhor de escravos contratava homens chamados capitão do mato para capturar os negros fugidos, os que eram pegos de volta sofriam ainda maiores castigos.

Alguns conseguiram fugir, indo cada vez mais longe, para lugares de difícil acesso. Então, a partir daí, eles foram criando comunidades, essas comunidades eram chamadas quilombo, e os que ali viviam eram conhecidos como quilombolas. Com a decadência do ouro na região, muitos escravos continuaram fugindo de seus colonizadores e se escondendo em áreas de difícil acesso, na Chapada dos Veadeiros.

Esses quilombos formam hoje as comunidades Kalunga, localizadas nos três municípios do estado de Goiás: Teresina, Monte Alegre e Cavalcante.

No começo, os moradores dos quilombos, para continuarem com sua liberdade, tiveram que aprender a sobreviver na Chapada, e por isso precisavam conhecer sobre a natureza, identificando espécies de árvores; tipos de barros para fazer as panelas e as suas residências (MOURA, 2007). Com passar dos anos, nas comunidades, foram criando nomes. Uma delas recebeu o nome de Ribeirão dos Bois, devido a um rio que passa na região, o “Ribeirão” e o termo “Bois” é porque muitos fazendeiros tinham fazendas por perto e criavam muitos bois, que bebiam água naquele rio.

O termo Kalunga, segundo Baiochi (2001), tem um significado que envolve o sentimento de território, sendo considerado um lugar sagrado e ainda uma planta que nunca seca, a *Simaba Ferrugínea*, que representa o poder e a ancestralidade, valorizando a memória dos antepassados africanos, que primeiro se enraizaram naquelas terras, transformando o espaço geográfico, fortalecendo sua identidade.

Nessa região do Planalto goiano ainda havia indígenas, mas com a chegada dos bandeirantes, eles fugiram para não serem escravizados pelo colonizador. Muitos desses povos indígenas se refugiaram na Chapada, no mesmo território onde agora os negros fugidos do garimpo do ouro também procuravam escapar do homem branco. Nesses lugares, os negros fugidos tiveram contato com índios que os ajudaram a suprir suas carências e necessidades de sobrevivência. No início, os índios não tinham confiança de se aproximar dos negros, mas, com passar do tempo, essa relação foi sendo modificada e eles começaram a se entender, permitindo, inclusive, trocas culturais.

Em 1991, toda a área ocupada pelos Kalunga foi reconhecida, oficialmente, pelo governo do estado de Goiás como sítio histórico Kalunga, parte essencial do patrimônio histórico e cultural brasileiro (MOURA 2007). Tal fato tem como marco legal a Constituição Federal de 1988, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que dá ao remanescente de comunidades quilombolas o reconhecimento de propriedade definitiva dando-lhes os respectivos títulos. Ribeirão dos Bois e Diadema são consideradas comunidades quilombolas, reconhecidas como Kalunga. O quilombo Kalunga ocupa 237 mil hectares e abriga mais de 4.500 pessoas. São quatro núcleos principais de população: Vão de Almas, Vão do Moleque, Ribeirão de Bois, e Diadema que ficam nos municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, na Chapada dos Veadeiros. Esses núcleos são formados por pequenos povoados, como Engenho, Diadema, Riachão, Ema, entre outros.

As comunidades Kalunga Ribeirão Bois e Diadema estão localizadas no município de Teresina de Goiás, na Chapada dos Veadeiros, no estado de Goiás. Situadas na região do Cerrado, elas possuem uma rica savana, que reúne uma grande variedade de fauna e flora, numa extensão de dois milhões de quilômetros quadrados. Há várias espécies de plantas medicinais que representam a riqueza da biodiversidade local, dentre elas destacam: Angico, araçá, aroeirinha, assa peixe, barbatimão, cabeça de frade, caraíba, carrapicho, chapada chapéu de couro, congonha, copaíba, dipirona, imburana, fedegoso, gervão, carapeá, jatobá, lombeira, matruz, mentrasto, negra mina, pacari, pau terra, pé de perdiz, pequi, quebra pedra, quina, sambaiba, sangra d água, sucupira, tansagem, velame branco e vergateza.

A medicina do Cerrado é bastante rica e poderosa, observa Sampaio (2012). Quase toda espécie tem uma ação milagrosa, curando muitas doenças, por ser

medicamentosa. Nas comunidades Ribeirão dos Bois e Diadema é possível reconhecer usos e práticas com as plantas do Cerrado. Contudo, observa-se uma perda desses saberes e fazeres. Isso está ocorrendo devido ao grande fluxo de saída dos jovens de Ribeirão dos Bois e Diadema, por causa da dificuldade e de condições para sobreviver no local, devido à falta de saúde e educação.

Em Ribeirão dos Bois e Diadema, essa riqueza natural pode ser apreciada. No entanto, a necessidade de realizar este estudo é mostrar aos jovens a preciosidade que nos rodeia, e que é preciso que haja um resgate cultural.

A comunidade Ribeirão dos Bois e Diadema é constituída por 130 famílias, que são Kalunga e residem nesse território desde a formação dos quilombos. Os membros da comunidade são unidos por laços familiares, formando uma verdadeira família que divide suas terras com irmãos tios, primos e avós.

Nota-se que os povos tradicionais têm em seu meio maneiras saudáveis e sustentáveis para se manterem e desenvolverem sua vivência em meio ao ambiente rústico do cerrado. Há qualidade de vida e longevidade nesses povos.

Ribeirão dos Bois e Diadema estão organizadas em associações, como a Associação dos Pequenos Agricultores Kalunga do Assentamento Diadema (ASKADIA) e a Associação Quilombo Kalunga (AQK), envolvendo os três municípios: Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante. A geração de renda da comunidade baseia-se na aposentadoria rural e em alguns programas sociais do governo, em especial a Bolsa Família e cestas básicas da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Apenas de forma muito pontual a comunidade consegue extrair alguma renda da comercialização da farinha da mandioca, abóbora, banana, milho e outros. Possuem animais de criação, como: galinhas, porcos, vacas, bois e cavalos, para trabalho e consumo próprio.

Nas festas da comunidade, observamos as danças do local: a Sussa e a Curraleira. Silva Júnior (2008) explica que as danças Sussa e Curraleira são típicas brasileiras, mas que trazem algumas características da cultura africana como o pisado, o pandeiro, as palmas, o movimento giratório e o confronto de corpos. No momento das festas, eles recriam vínculos afetivos entre a comunidade.

Quando o aluno vem para o ambiente escolar, já traz consigo informações, vivências e experiências culturais que, segundo Vigotsky (1996), não podem ser desprezados, mas trabalhadas para que haja assimilação e entendimento das mesmas pelos alunos.

Há alguns anos, essas parteiras realizaram muitos partos, devido à comunidade ser um lugar de difícil acesso, e a maioria das pessoas, que ali viviam, não tinham casas nas cidades para ficar durante o período da gestação, elas eram obrigadas a permanecer na comunidade.

Na comunidade Ribeirão dos Bois-Diadema, os saberes e fazeres das plantas medicinais do Cerrado ainda está bastante presente na vida de alguns moradores; tudo isso ajuda na formação de sua identidade. Os costumes dos moradores têm uma imensa relação com sua tradição.

A comunidade é um lugar com poucas oportunidades de desenvolvimento. Observa-se, com frequência, que os relatos dos moradores sobre o local é impregnado de saudosismo. O passado é descrito como o período do crescimento, do progresso, do desenvolvimento. O presente é relatado como o tempo da escassez, da falta de oportunidades de trabalho, do incipiente desenvolvimento.

As comunidades Ribeirão dos Bois e Diadema vem, há alguns anos, sofrendo uma perda do seu modo tradicional de vida, principalmente em relação aos saberes e fazeres das parteiras. Este estudo pretende registrar as manifestações da cultura popular, especialmente das parteiras, personagens importantes das duas comunidades e ainda valorizar a cultura local; pretende também investigar o que está levando a perda dos saberes e fazeres das parteiras kalunga nas comunidades Ribeirão dos Bois e Diadema.

METODOLOGIA DA PESQUISA

O referido trabalho, recorrendo à abordagem qualitativa, foi realizado junto às parteiras das comunidades de Ribeirão dos Bois e Diadema. As duas comunidades foram escolhidas porque a presença das parteiras ainda é uma referência muito forte.

Para atingir os objetivos de pesquisa foram realizadas entrevistas e observações sobre os saberes e fazeres das parteiras entrevistadas. Foram entrevistadas quatro parteiras, com idade entre 44 e 90 anos de idade. As parteiras entrevistadas foram: Suzideth Soares da Costa (44 anos), Delfina dos Santos (71 anos), Cinezia dos Santos Rosa (80 anos), Paula de Aquino (90 anos).

Utilizando estratégias de coleta e registro dos dados, tais como informações dadas por estas senhoras em suas respectivas entrevistas, mas também foi feita

pesquisa bibliográfica, utilizando material impresso e livros de vários autores que tratam do assunto.

A primeira fase da pesquisa foi iniciada em 2015, com entrevistas. As parteiras envolvidas nessa pesquisa são mulheres simples e de uma sabedoria imensa. A primeira entrevistada foi a Dona Cinézia, em um Sábado, dia 21 de fevereiro. No dia 28 de fevereiro Sábado, a entrevista foi com a dona Suzideth Soares da Cunha e a Paula Soares de Aquino. No Sábado, 03 de fevereiro, entrevistamos a senhora Delfina Farias dos Santos. Importante registrar que todas as entrevistas foram feitas na própria comunidade onde as colaboradoras residem.

Para as entrevistas, foi utilizado um roteiro, onde as entrevistadas responderam às seguintes perguntas: Como você adquiriu esse conhecimento sobre o parto? Quantos partos já fizeram? Quais as plantas medicinais são utilizadas para fazer o parto e o pós-parto? Como faz uso dessas plantas no parto? Fazem uso de rezas no parto?

O trabalho da pesquisa tomou como base teórico-metodológica a história oral. A História oral refere-se especificamente ao tempo presente, portanto à história contemporânea. Pode, no máximo, recolher registros, informações e versões sobre o acontecido em um espaço limitado de tempo, não comportando referências a um passado mais longínquo, a não ser como notícias ou registros de tradições, transmitidas de geração a geração; possibilita o afloramento de múltiplas versões da história e, portanto, potencializa o registro de diferentes testemunhos sobre o passado, contribuindo para a construção da consciência histórica individual e coletiva. Neste sentido, Schmidt e Garcia (2005) afirmam que esta:

[...] tem uma função prática de dar identidade aos sujeitos e fornecer à realidade em que eles vivem uma dimensão temporal, uma orientação que pode guiar a ação, intencionalmente, por meio da mediação da memória histórica. (SCHMIDT; GARCIA, 2005. P.98)

CAPÍTULO I

1.0 SABERES E FAZERES TRADICIONAIS

Os saberes tradicionais e os costumes, passados e perpetuados através das gerações, historicamente, estruturaram o ciclo de vida das comunidades quilombolas e norteiam, atualmente, sua estrutura social.

Hoje em dia, em grande parte das comunidades quilombolas do país, há pessoas que tradicionalmente dominam o conhecimento acerca de rezas curadoras e de ervas e remédios concebidos de forma tradicional, e pessoas que detêm enorme saber sobre o processo reprodutivo e o parto. Popularmente conhecidas como parteiras(os), remedeiras(os), curandeiras(os), rezadeiras/rezadores, benzedeiros(os), essas são pessoas muito presentes na estrutura social das comunidades rurais.

Segundo a Professora da Faculdade de Educação, da Universidade de Brasília, a pesquisadora Gloria Moura (2002), os quilombolas depositam a esperança da solução de diversas enfermidades, além de auxílio no processo da procriação, nessas pessoas. Elas representam a continuidade dos ensinamentos de suas ancestrais. As mulheres, que atuam nos cuidados e nos atendimentos às grávidas, parturientes, mães e crianças (e realizam contatos mais permanentes e intensos com as famílias) são, a partir dessas relações sociais, legitimadas como lideranças e referências em muitas comunidades quilombolas.

Detentoras de conhecimento tradicional de saúde, as parteiras têm suas atuações e trabalhos tidos como 'dádiva divina'. Participam de modo efetivo dos núcleos familiares como referências muito próximas. As parteiras estão ligadas diretamente ao ciclo vital da comunidade, são tratadas como membros das famílias das mulheres a quem prestam auxílio. Além de grande proximidade familiar, há toda a aura de autoridade de fala e de ação que cerca essas representantes dos saberes tradicionais (MOURA, 2001, p.18).

1.1. CULTURA POPULAR E IDENTIDADE CULTURAL

Esta pesquisa envolve dois campos teóricos: cultura popular e identidade cultural. A cultura aqui é entendida como campo de conflitos, em que o popular "se define enquanto movimento de resistência" (BERGER, 1989, p. 30), e a identidade.

a partir do olhar de Stuart Hall (1992), como um conceito que remete na atualidade às “relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação”. Talvez a cultura e suas inúmeras adjetivações (popular, elite, massa) seja um dos temas mais discutidos, e que ainda gera questionamento, nas ciências humanas.

Para Giddens (2002, p.35), a cultura popular aqui aponta como definição para as diferentes formas de representações criadas pelas minorias, não como algo que tem um lugar definido, determinado pelas tradições e tão imutável quanto os mitos, mas como algo que está em constante diálogo, que expressa e constrói conhecimentos.

As comunidades Ribeirão dos Bois e Diadema, pelo reconhecimento de sua cultura e pela relação com seu espaço de vivência Kalunga, nutrem uma identidade e memória coletiva. A memória é um elemento essencial da identidade. A memória do grupo representa a formação e representação da cultura e identidade de um povo. Nesse sentido, ela atua como um saber, formando tradições.

A memória pode constituir-se de elementos individuais e coletivos, fazendo parte de perspectivas de futuro, de utopias, de consciências do passado e de sofrimentos.

[...] Pelo senso comum, a memória está intimamente ligada às tradições familiares, grupos com suas idiossincrasias peculiares. Nesse nível, ela representa possibilidades de aprendizagem e de socialização, expressando assim, continuidade e identidade daquelas tradições (GUARINELLO, 1994, p. 181).

A conceitualização de cultura popular como “manifestações da tradição ou espírito de um povo” (CHAUI, 2006, p. 288) é criada no século XIX, pelos autores da corrente filosófica do Romantismo, momento em que a Europa consolidava o fenômeno do nacionalismo, que passa a valorizar ideais comuns compartilhados pelos habitantes de uma nação. Diante disso, sentimos a necessidade de entender o conceito de Comunidades Tradicionais:

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimento, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (apud NETO, 2007, p. 202).

Por mais que existam povos e comunidades tradicionais reconhecidas, elas ainda vivem situações difíceis, como o acesso à terra, à saúde e à educação diferenciada. Reconhecer o acesso ao território, principalmente, significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os modos tradicionais, além de elementos simbólicos essenciais à sua identidade. O território, além de assegurar a sobrevivência das comunidades tradicionais, é o alicerce para a produção de seu patrimônio cultural. Segundo Saraiva (2012, p. 77):

As comunidades tradicionais da Chapada dos Veadeiros reconhecem que as condições de ser tradicional é uma estratégia política de afirmação de suas identidades, e serve também como mecanismo que pode ajudar a solucionar questões principalmente relacionadas ao acesso à terra e à territorialidade, elemento constituinte da identidade quilombola.

1.2. QUILOMBOS E TRADIÇÃO

Para melhor compreender questões trazidas na pesquisa sobre as parteiras quilombolas kalungas de Ribeirão dos Bois e Diadema, é importante ter claro o entendimento sobre o que é um quilombo, estarei apoiando o texto nas ideias de Gloria Moura (2002, p. 98), ela assim a define:

Quilombos contemporâneos são comunidades negras rurais habitadas por descendentes de escravos que mantêm laços de parentesco. A maioria vive de culturas de subsistência em terra doada/comprada/secularmente ocupada. Seus moradores valorizam tradições culturais dos antepassados, religiosas (ou não), recriando-as. Possui história comum, normas de pertencimento explícitas, consciência de sua identidade étnica.

No Brasil, essa conotação não se distancia, tornou-se “[...] uma cópia do quilombo africano reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra estrutura política na qual se encontraram todos os oprimidos [...] negros, índios e brancos [...]” (MUNANGA, 2001, p.30).

De acordo com as ideias de Gloria Moura (2002), em uma série do salto para o futuro 2007, os primeiros registros do termo no Brasil ocorreram por volta de 1740, conforme aponta o documento do Conselho Ultramarino, que considerava toda

habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele.

Essa foi uma definição clássica que perdurou por muito tempo, tornou-se mais abrangente na atualidade. Atualmente, as comunidades quilombolas são reconhecidas pelo Decreto Lei nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. O seu artigo 2º estabelece que:

Consideram-se remanescentes de comunidades de quilombos, para fins deste Decreto, os grupos étnicos raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Conforme a Constituição Federal (1988), em seu Art. 216:

Os quilombos constituem patrimônio cultural brasileiro porque são portadores de referências à identidade e à memória de um dos grupos formadores da nossa sociedade. O território quilombola, nesse sentido, não pode ser entendido como mera exteriorização do direito de propriedade inserida no campo.

A identificação das comunidades quilombolas não se restringe puramente aos negros descendentes dos quilombos formados antes da abolição.

As comunidades quilombolas atuais são frutos de variados processos, como: Fugas com ocupação de terras livres, falidas ou abandonadas, geralmente isoladas; compra de propriedades por escravos alforriados; doações de terras para ex-escravos por proprietários de fazendas em reconhecimento ao trabalho e dedicação prestados a eles; doações feitas por ordem religiosa; pagamento por prestação de serviços em guerras oficiais etc (ANJOS, 2009, p. 27).

Conceitualmente, “Quilombolas são grupos, com preponderância de população negra rural ou urbana que se intitulam a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias” (HAMZE, 2005, p. 34). Moura (2007, p. 12) salienta que, atualmente, podem-se conceituar os quilombos contemporâneos:

Como comunidades negras rurais habitadas por descendentes de africanos escravizados, que mantêm laços de parentesco e vivem,

em sua maioria, de culturas de subsistência, em terra doada, comprada ou ocupada secularmente pelo grupo. Os habitantes dessas comunidades valorizam as tradições culturais dos antepassados, religiosas ou não, recriando-as no presente. Possuem uma história comum e têm normas de pertencimento explícitas, com consciência de sua identidade. São também chamadas de comunidades remanescentes de quilombos, terras de preto, terras de santo ou santíssimo.

Uma consideração a ser feita, ainda na identificação das áreas quilombolas, é o fato de que, mesmo após a formação das comunidades, muitos foram forçados a sair da terra de origem, deslocando-se para outras áreas, por causa das forças econômicas e políticas contrárias, as especulações imobiliárias, entre outros motivos. Também, em decorrência do crescimento das cidades acabaram, na atualidade, ficando em áreas urbanas. Por isso, nem sempre os remanescentes das áreas quilombolas estão ocupando as terras signatárias das resistências negras à escravidão e/ou as lutas para sobreviver no pós-abolição. Contudo, a identidade cultural quilombola sobrevive na territorialidade.

Por isso, no Decreto Federal n. 4.887/03, Art. 2, os critérios adotados para identificação das comunidades remanescentes são, portanto, “a autoafirmação, a relação histórica com uma determinada territorialidade, a ancestralidade negra, trajetória histórica própria e resistência à opressão sofrida.” A territorialidade, juntamente com a ideia de pertencimento de grupo, torna-se expressão do processo identitário.

Ao tempo em que a territorialidade expressa a luta pela manutenção da identidade, representa uma forma específica de ordenação territorial, em conformidade com os aspectos históricos e culturais vividos pela comunidade, pois estão imbricadas uma a outra, de forma a dar unidade aos contrários que dão movimento ao processo da formação da identidade territorial. O território quilombola, segundo Ratts (2004, p. 38) “É um agrupamento de indivíduos que se reconhecem como pertencentes de uma ancestralidade negra, que passam por variadas reelaborações de suas matrizes culturais, mas que mantêm laços de sentimento de pertença ao grupo”.

Os Kalunga se apropriam simbolicamente do ambiente em que vivem, conhecem a natureza e a ordem natural do espaço. A inserção de novos hábitos não impede que este espaço se qualifique como lugar, mas ameaça as práticas culturais tradicionais, construídas historicamente com o lugar em que vivem. Os saberes

tradicionais que foram repassados de geração em geração, por meio da oralidade, podem ser esquecidos, à medida em que deixarem de ser reproduzidos. Verdadeiros celeiros da tradição africano-brasileira, os quilombos têm sua identidade preservada pela perpetuação de seus costumes e de suas tradições, repassados, ao longo dos séculos, pelos mais velhos aos mais novos. Por meio das histórias e de práticas milenares, repassam a memória de um povo.

A utilização de ervas medicinais para a manutenção da saúde e a prática das parteiras tradicionais está entre alguns saberes preservados. Os quilombolas se preocupam com seu futuro e têm claro interesse em que a educação faça parte de seus projetos de futuro, porém, são muitas as barreiras a vencer para implantar um ensino voltado para a realidade dos povos negros quilombolas.

CAPÍTULO II

2.0 PARTEIRAS KALUNGA DE RIBEIRÃO DOS BOIS E DIADEMA E SEUS SABERES E FAZERES

As parteiras de Ribeirão dos Bois e Diadema ainda não são reconhecidas e valorizadas como deveriam, então, faz-se necessário lutar pelo reconhecimento dos saberes e fazeres sobre o parto nessas comunidades tradicionais.

Silva (2013, p. 89) destaca que:

A valorização da cultura e conhecimento local se dá pelo reconhecimento da sua história. Cada lugar tem suas próprias características, baseado no modo de vida de sua comunidade, e isso que torna seus costumes uns diferentes dos outros. A cultura de um povo está relacionada em todo seu contexto e história de vida, como seus costumes, religião, saberes e fazeres e crenças. Tudo isso revela sua identidade que é formada ao longo do tempo. Valorizar preservar sua cultura e permitir as gerações atuais e futuras de conhecer e utilizar os bens de sua identidade.

Saraiva (2012) observa que os saberes tradicionais reconhecidos pelas comunidades fortalecem suas identidades *no* e *com* o território; ser tradicional também é uma estratégia utilizada por muitos grupos para fortalecer modos de vida e transmitir valores que sejam preservados.

As parteiras de Ribeirão dos Bois e Diadema são pessoas muito humildes, que vivem da renda de aposentadoria, de benefícios do governo ou simplesmente do cultivo de alimentos para sua subsistência. Possuidoras de muitos saberes sobre o parto, não cobram nada pelos seus serviços. Levam vida simples, porém percebe-se que fazem muito, mas não tem nenhuma valorização.

Desse modo, o intuito desta pesquisa é viabilizar mecanismos para o resgate cultural e mostrar, por meio de documentos, o valor dessas mulheres. Foi através dos depoimentos e relatos de experiências na prática de partejar, do parto em casa, que este trabalho aprofundou no debate do tema em questão. Esses depoimentos registram ricos conhecimentos sobre as ervas e plantas medicinais, heranças deixadas por seus antepassados, e apresenta um ritual pré-parto e pós-parto, misturando fé, crença e sabedoria.

Foto 1 - Dona: Cinezia dos Santos Rosa



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2015.

Dona Cinésia tem 80 anos, é separada e tem seis filhos. Nascida na comunidade kalunga do Vão de Almas, localizada em Cavalcante, Goiás, ela não teve oportunidade de estudar. Mudou-se para Diadema, em busca de melhoria de vida.

Ela relata que teve uma infância ruim, devido não ter tido oportunidade de melhorar de vida e porque não estudou. Casou-se, ainda adolescente, aos 16 anos de idade e viveu casada por 50 anos.

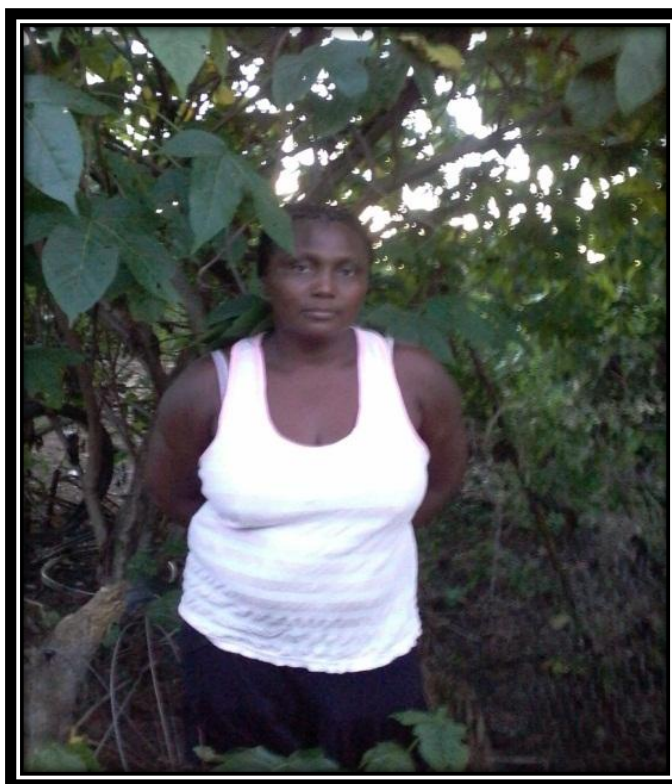
Conta que aprendeu a fazer partos com 10 anos de idade, porque sua avó viu seu interesse e a ensinou, ela já fez 170 partos. Até hoje, se precisar, ela ajuda a fazer parto. Ela observa que esses saberes estão sendo esquecidos, pois os mais novos não têm interesse.

Antes do parto, ela amorna cravo e canela para esquentar o local da dor. As plantas que utiliza na hora do parto são: sumo de algodão; mastruz, como anti-

inflamatório para desinflamar a barriga. Ela conta que, quando ia fazer os partos, se apegava com Nossa Senhora do Livramento e Nossa Senhora Santana para ajudar, e depois rezava para elas, de joelhos.

Depois de fazer o parto, sempre reza um *Pai Nosso*. Para o pósiparto usa: carrapicho, mentrasto, manjeriço, negra-mina, catinga de barão. Dona Cinezia, na foto, está segurando um pé de manjeriço, uma erva muito usada por ela.

Foto 2 – Dona: Suzideth Soares da Cunha



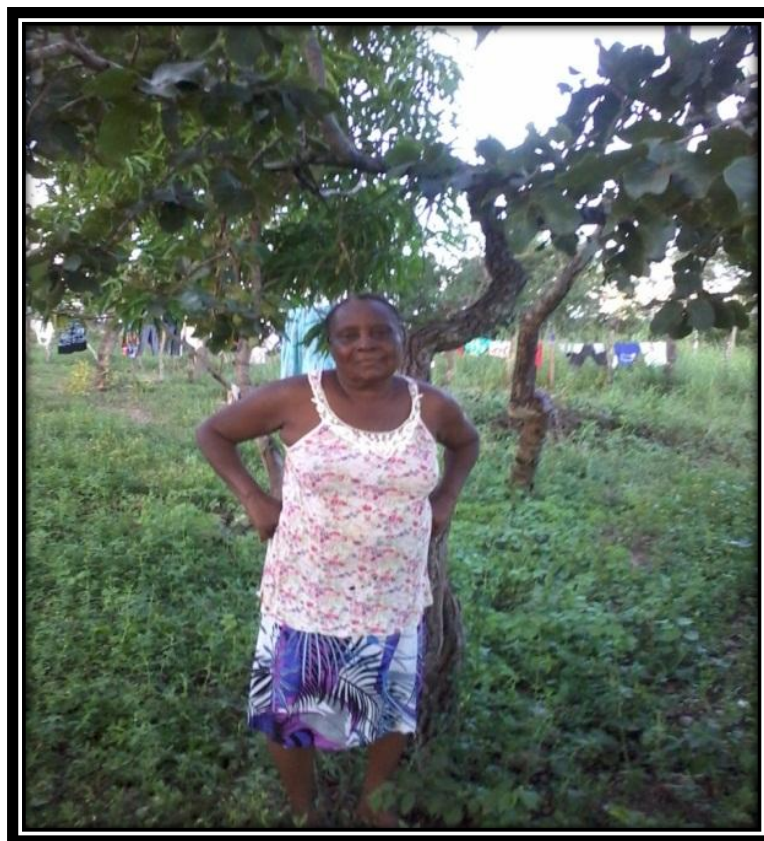
Fonte: Acervo da pesquisadora, 2015.

Suzideth é, entre as parteiras entrevistadas, a mais jovem. Tem 44 anos de idade e possui o Ensino fundamental completo. Nasceu na Ponte do Rio Paranã, mora atualmente em Ribeirão. É solteira e tem 03 filhos, dois filhos morreram devido a partos complicados, e por não ter médico próximo. Considera que teve uma infância boa e divertida, ela diz que a adolescência foi muito boa, porém a falta de instrução escolar causou dificuldades na formação básica.

Adquiriu o conhecimento sobre como fazer partos com sua avó e sua mãe, as duas eram parteiras e logo ensinaram à Suzideth o ofício. “Todas as vezes que elas estavam fazendo um parto, eu estava ajudando”. Ela já fez um parto sozinha, porque, naquele dia, as parteiras mais velhas não estavam na comunidade. Antes

do parto, usa água morna, recomenda à mulher banhar com sabonete virgem, para esquentar o local e diminuir a dor devido à friagem, chá de cebola branca, usa negra-mina, mentrasto chá forte, esponja vegetal para o banho. No pós-parto, usa negra-mina, chá forte de mentrasto e esponja vegetal. “Rezo do ponto quando a mulher está com dor, já pariu Maria três vezes já pariu seu filho.”

Foto 3 – Dona: Delfina Farias dos Santos



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2015.

Dona Delfina tem 71 anos de idade. Aos 70 anos, ela ainda estudava, pois nunca havia frequentado escola, mas, apenas aprendeu a fazer o nome. Nasceu na comunidade Vão de Almas, Cavalcante de Goiás, atualmente mora em Ribeirão, veio em busca de melhoria para a vida. Casada há 51 anos, teve 10 filhos vivos e 02 mortos. Não teve uma boa infância, pois teve que trabalhar muito cedo na vida, trabalhava na roça, ajudando os pais. E, na época, não havia brinquedos.

Aprendeu com sua mãe o ofício de parteira, e, até o momento, já fez 50 partos. No pré-parto, costuma preparar uma amornada com cravo e canela, para esquentar o local da dor. No pós-parto, usa-se carrapicho, mentrasto, manjeriço,

negra-mina, catinga de barão. “Rezar um Pai Nosso para Nossa Senhora do Livramento e Nossa Senhora Santana, pegava com ela para ajudar e, depois, rezava para ela de joelho”.

Foto 4 – Dona: Paula Soares de Aquino



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2015.

Dona Paula Soares tem 90 anos e é analfabeta, pois não teve oportunidade de estudo. Nascida em Bizerra, mora atualmente em Ribeirão, antes morava em para Diadema. Ela é solteira e tem 13 filhos vivos, três morreram, com problema de sarampo, ela conta que “naquela época não sabíamos o que era médico, as parteiras quilombolas são descendentes de escravos africanos.” Sua infância e a adolescência não foi melhor porque não teve oportunidade de estudar, devido não ter acesso à escola.

Dona Paula Soares aprendeu a fazer parto pela necessidade que havia na época, e na comunidade. Em média, já fez mais de 100 partos. Para fazer o parto costuma usar água morna, sumo de algodão, anti-inflamatório natural como mastruz carrapicho, mentrasto, manjerição, Negra-mina. Antes de a criança nascer, ela dá batida de ovo com canela e cravo à mãe, para fortalecê-la. Antes do parto,

recomenda água morna, banhar com sabonete virgem, esquentar o local para diminuir a dor da friagem. No pós-parto, volta a usar negra-mina e mentrasto.

Fazer promessa para Nossa Senhora do Parto, Senhora da Guia e agradecer. Rezar um Bendito e Pai Nosso para Senhora da Guia, para dar uma boa estrada no parto.

2.1. SER UMA PARTEIRA KALUNGA

As parteiras entrevistadas revelam, em suas falas, as dificuldades que encontraram ao longo de suas vidas. A condição de serem parteiras vem da herança familiar e revela ter domínio de um conhecimento tradicional.

O conhecimento tradicional pode ser entendido como “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” e somente pode ser corretamente interpretado dentro do contexto cultural em que é gerado (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 31).

O uso das plantas do Cerrado e de quintal aparece entre os conhecimentos predominantes, tanto no pré quanto no pós-parto. As parteiras da nossa comunidade compreendem a sua atividade como um dom de Deus.

Dona Paula de Aquino, uma senhora alegre, dona de casa, diz que os saberes e fazeres das ervas medicinais estão associados ao parto, também estão presente no seu conhecimento sobre o parto. Parteira, conhecida em toda a região onde vive, ela já fez mais de 100 partos. As parteiras, que tanto tem feito pela comunidade, acham que andam meio esquecidas. Elas consideram que o povo tem deixado a cultura se perder. Adentrando nesse cruzamento, munida das vias analíticas de Michel Foucault

Os conhecimentos das parteiras tradicionais obedecem a um “*regime de verdade*”, substancialmente diferente da ordem científica de produção do saber. O conhecimento das parteiras organiza-se a partir de uma totalidade que envolve não só o racional, mas, também, o afetivo, os sentidos, o corporal, o toque, a alma (FOUCAULT, apud FLEISHER, 1979, p. 59).

Antes de começar fazer e terminar os partos, todas as parteiras oferecem um pai nosso para Nossa Senhora do Livramento e à Senhora Santana, “pegava com ela de joelho para ajudar no parto”.

Os remédios usados são praticamente os mesmos, por todas as parteiras entrevistadas, tais como: chás de gengibre, cravo e canela, que podem ajudar a desencadear o parto. Os moradores das comunidades Kalunga, até hoje, usam remédios caseiros de plantas, medicinais. O banho de asseio promove o relaxamento dos músculos, a circulação sanguínea, a descontração, portanto, pode ajudar no desencadear do parto. Se estiver com contrações irregulares, as falsas partidas pode ser o suficiente para as contrações se tornarem mais forte e regular. A parteira, logo após o parto, preocupa-se em preparar os remédios que irão contribuir para o restabelecimento daquela mulher.

Observa-se que inserir a análise sobre os saberes e as práticas das parteiras na Educação do Campo faz se necessário, pois os jovens precisam ter conhecimento desta prática cultural, permitindo e consolidando questões na construção o resgate dos saberes e das práticas culturais e tradicionais.

Clóvis Moura (1981) ressalta que o quilombo foi, incontestavelmente, a unidade básica de resistência dos negros escravizados. O vínculo das comunidades quilombolas com sua historicidade, baseado em resistência e luta, é um aspecto fundante do universo simbólico e da consciência coletiva dessas comunidades. As práticas e saberes relacionados à saúde têm íntima relação com esse processo.

Soraya Fleischer (2011) recupera situações nas quais a parteira, ao “puxar” a gestante, não só a conhece, como passa a auxiliá-la em relação a questões de outra ordem, que não mais a física, como problemas com o marido, relações extraconjugais, dificuldades financeiras, pendências políticas e fofocas da comunidade local. “Puxa-se” antes, durante e depois do parto, para saber da gestação, do andamento do trabalho de parto e, depois, para o restabelecimento do corpo da mulher e a expulsão da placenta. Segundo Fleischer, existe momento certo, um espaço simples e uma ocasião tranquila, mas principalmente, uma relação entre “aquela que puxa” e a “gestante que é puxada”.

Eram "partos difíceis" ou "partos fáceis", "partos para casa", "partos para o hospital" ou, ainda, "partos para casa que passaram a ser de hospital", sem aqui esgotar os meandros dessa organização. Um "parto fácil" era aquele da gestante que possuía uma rede social estável, condições de moradia, um marido presente e o pré-natal no "postinho", não necessariamente o de uma mulher saudável nos termos da biomedicina. E assim era desenhado durante os encontros para as puxações (FLEISCHER, 2011, p. 57).

Nas entrevistas realizadas, nota-se que todas as parteiras proclamam preces e orações sobre determinadas circunstâncias e em determinadas partes do corpo. A parteira reza sobre a barriga da gestante, clamando a Deus um bom parto. A realização do parto é o momento mais importante para a parteira, independente de todos os outros serviços prestados à comunidade, esse é o que lhe confere identidade, dele depende o respeito e a consideração conquistada diante da comunidade.

Com a realização desta pesquisa, observa-se a necessidade de definir políticas públicas que apresentem intuito de resgate cultural e que possibilitem à comunidade: rever suas relações sociais, culturais e institucionais, e valorizar as parteiras, com seus saberes e fazeres, sendo indispensável uma interação na qual, ao emergirem as lógicas diferentes e possíveis de se construir um conhecimento, explicitadas nas diferenças.

CAPÍTULO III

3.0 VALORIZAÇÃO DOS SABERES E FAZERES DAS PARTEIRAS KALUNGA

As práticas culturais tradicionais do parto, em Ribeirão dos Bois e Diadema, têm-se perdido ao longo do tempo. O maior problema dessas perdas são os jovens que, cada vez mais, distanciam-se desse conhecimento. Muitos não estão interessados em aprender os saberes e fazeres das parteiras Kalunga, pois os tempos mudaram.

As parteiras também enfrentam o problema não terem mais seu conhecimento valorizado, e por isso se sentem discriminadas, porque os próprios médicos orientam às grávidas não procurarem as parteiras, e sim os médicos da cidade.

Antes, em Ribeirão e Diadema, quando as mulheres iam ter neném eram obrigadas a fazer o parto na comunidade, e as parteiras souberam ao longo do tempo desempenhar essa função. O número de partos realizados reforça o domínio sobre o conhecimento. Ir ao médico, até pouco tempo, para os moradores das comunidades, era objeto de luxo.

Hoje, com mais acesso às políticas públicas de saúde, a comunidade vem passando por grandes avanços, porém, alguns são considerados negativos, pois atingem diretamente o conhecimento tradicional. As parteiras reclamam que seus saberes e fazeres estão sendo esquecidos.

Nas comunidades, ainda que precariamente, as grávidas têm acompanhamento médico e com isso acabam não procurando mais as parteiras e não dão importância para aprender e valorizar esse conhecimento. É preciso observar que, nessas comunidades, é difícil o acesso ao transporte e, muitas vezes, a gestante precisa recorrer aos saberes das parteiras, por isso, é preciso valorizar esse conhecimento. Não somente porque a comunidade mora longe do hospital, mas porque se trata de um saber local, cuja riqueza é parte da cultura tradicional quilombola.

É de grande importância destacar a cultura e valorizar a história onde a comunidade está inserida e vive seu cotidiano. Para os quilombolas, esse aspecto é ainda mais importante, pois sempre tiveram que lutar pelo reconhecimento de sua

identidade enquanto negros, mulheres e, também, como grandes conhecedores, como é o caso das parteiras.

3.1. O TRABALHO NAS ESCOLAS DO CAMPO PARA VALORIZAÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS

A partir das considerações de Jobim e Souza (2003), é nos moldes de uma educação mediadora e de constante diálogo com a comunidade e seus saberes tradicionais que se pode melhor preservar os valores culturais e os conhecimentos tradicionais de uma comunidade, reflexão, que se aplica a pesquisa realizada, como resultado parcial de uma demanda social, cultural, educacional.

Nota-se que as escolas que se inserem nas proximidades dessas comunidades, muitas vezes, não trazem para o seu cotidiano práticas, conteúdos e discussões acerca da cultura na qual a instituição está inserida. Os povos e comunidades kalungas desenvolveram modos de vida próprios e distintos, que ocasionaram tanto a riqueza sociocultural quanto a invisibilidade diante da sociedade e das políticas públicas, de modo geral. Podemos dizer que essa invisibilidade dá-se por conta da ausência de implantação de políticas públicas para estes povos, no que diz respeito às políticas de inclusão social. Por mais que existam povos e comunidades reconhecidas, ainda existem questões importantes pendentes como o acesso à terra, à saúde e à educação diferenciada, com saberes voltados para a Educação do Campo.

Reconhecer o acesso ao território, principalmente, significa manter vivo na memória e nas práticas sociais os modos tradicionais, além de elementos simbólicos essenciais à sua identidade. Assim, além de assegurar a sobrevivência das comunidades tradicionais, essas práticas constituem o alicerce para a produção de seu patrimônio cultural. A inserção desses saberes na Escola do Campo pode contribuir com a preservação da identidade cultural quilombola, com intuito de preservar os valores e riquezas da região.

As escolas devem se apropriar da cultura produzida pelas comunidades. Uma Educação *no* e *do* Campo deve trabalhar com conhecimentos tradicionais, como das parteiras, estimulando o trabalho de memória e valorizando as tradições locais, afim de não deixar que se percam ao longo do tempo e levando os jovens das

comunidades a conhecerem os significados dessas experiências dos ancestrais kalungas. Esse trabalho pode fortalecer e promover cada vez o saber popular.

Cabe às Escolas do Campo introduzirem em seus currículos escolares as vivências de personagens tão importantes, como as parteiras, favorecendo, assim, a valorização desse conhecimento.

A escola possui a chave de formação dos indivíduos, sendo imperativo à sua gestão pedagógica que se dirija diligente sobre os sulcos tradicionais e culturais em sua preservação e salvaguarda. Carecemos da figura do contador de histórias, daquele que assegurava memória e identidade através da oralidade, é o professor hoje o grande promotor cultural. A escola precisa ser ressignificada, as salas de aula precisam ser ressignificadas, a metodologia precisa ser ressignificada e validada no contexto originário dos sujeitos em seu berço sociocultural. O campo, local de destaque das práticas tradicionais orais, vem perdendo contato com seu núcleo cultural por uma série de fatores da atualidade. Convém que os educadores saltem o largo de tal liquidez contemporânea, sendo agentes protagonistas de resgate dos valores, investindo também o alunado de protagonismo. A tradição oral não deve ser subjugada pela escrita ou pelo novo modelo midiático, mas ressignificada no solo social (FREITAS, 1994, p. 109).

Vale ainda, reforçar a necessidade de fortalecimento da Educação do Campo, como uma política pública voltada para a valorização dos sujeitos do campo.

A escola precisa perceber que a maneira de ser do homem social e histórico dá-se, também, inserida nos trabalhos que circundam a escola. A Educação do campo deve estar aliada à busca pela execução de tarefas, com o intuito de promover o reconhecimento do trabalho das parteiras. Pois, há certa preocupação, por parte dessas, na perda da cultura da tradição do parto. Entendemos que a Educação do Campo pode abraçar essa causa e lutar por essa preservação, do contrário, ela poderá desaparecer. O ideal seria elencar uma política de luta pela oficialização do ofício.

As políticas públicas surgem como respostas, ainda que pontuais e fragmentadas, à questão social que correspondem a um importante instrumento para melhoria das condições de vida, ainda que, sozinhas, não introduzam mudanças substanciais nas estruturas de poder em uma sociedade. A valorização da identidade cultural de uma comunidade, de um determinado grupo, pode resultar numa redução da exclusão social.

3.2. A BUSCA DO PARTO HUMANIZADO E A VALORIZAÇÃO DAS PARTEIRAS KALUNGAS

O termo "parto humanizado" pode ser entendido como um "tipo de parto", cujos detalhes externos o definem, tais como: o uso da água ou a posição, a intensidade da luz e a presença do acompanhante. Nesse tipo de parto, há um trabalho de atenção integral à saúde da mulher e da criança, pois acompanham toda a gravidez, conhecem a vida das famílias, chamam-nas pelo nome e representam o mesmo nível social e econômico dos clientes, o que aproxima ainda mais a parteira da mãe. Isso é fundamental para o momento da gravidez, do parto e do pós-parto.

Um olhar ainda mais atento aos processos culturais, emocionais, psíquicos e espirituais envolvidos no parto revela novos e norteadores horizontes, tal qual a importância, para mãe e filho, de vivenciar integralmente a experiência do parto natural. De acordo com Martins et al., (2009)

O processo de parto compreendido como trabalho de parto e parto é considerado complexo e envolve a equipe de saúde com a mulher e sua família, compreende-se por cuidado o estar próximo da pessoa assistida, correspondendo as suas necessidades, respeitando suas particularidades (MARTINS, et al 2009, p.67)

Assim sendo nota-se que a busca pelo parto humanizado compreende pelo menos dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à convicção de que é dever das unidades de saúde receber com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido. Isto requer atitude ética e solidária por parte dos profissionais de saúde e a organização da instituição de modo a criar um ambiente acolhedor e a instituir rotinas hospitalares que rompam com o tradicional isolamento imposto à mulher.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não teria sido realizado senão tivesse o apoio das parteiras de Ribeirão dos Bois e Diadema. A pesquisa trouxe registros dos saberes e fazeres sobre o parto de parteiras kalunga, especialmente para promover a valorização dessa cultura popular, ainda rica, nas comunidades.

As parteiras são responsáveis pela atividade belíssima de trazer a vida, por isso merecem reconhecimento e preservação de toda a riqueza cultural e social. Muitas já estão perdendo as forças e, por isso, não devemos deixar morrer suas histórias de vida de força. A pesquisa revelou que precisamos pensar em ações para preservar a memória das parteiras, através de documentos, imagens, vídeos, textos e outros.

Paulo Freire afirma que, para o educador, o ato de aprender é construir, reconstruir, constatar para mudar, o que não se faz sem abertura ao risco e à aventura do espírito. Como a escola é um espaço possível para a construção do saber, é necessário que os educadores kalungas atentem para o conhecimento tradicional tão rico de sua cultura e de sua história.

A cultura quilombola e o conhecimento das parteiras kalungas ainda são conhecimentos a serem (re)construídos para que não se perca no tempo. Esta pesquisa apenas sinalizou essa importância e chama a atenção para a necessidade de estudos futuros que contribuam para o não esquecimento das parteiras kalungas e de seus saberes e fazeres.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio dos. **Quilombos**: geografia africana – cartografia étnica territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora& Consultoria: 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda de. **Trocas de Saberes no Cerrado**: Valorização dos Quintais, segurança alimentar e cidadania nas comunidades Kalunga em Teresina de Goiás. Goiânia: IESA/FUNAPE/UFG, 2012.

ARAÚJO, Rafael Sânzio. Projeto Cartográfico – Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográficas da Universidade de Brasília. Fonte: BAIOCCHI, Mari de Nazaré, Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Brasília: Ministério da Justiça, Unesco 1999.

BAIOCCHI, Mari de Nazaré. (org) **KALUNGA**: histórias e adivinhações. Goiânia GO: Gráfica e Editora Vieira, 2001.

BRASIL. **Constituição Brasileira de 1988**. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm> Acesso em:
24/07/2014.

BERGER,Christa. **A comunicação emergente**: popular e/ ou alternativa no Brasil. Porto Alegre, Mimeo: 1989.

CHAUI, Marilena. **Simulacro e Poder**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

DIEGUES, Antônio Carlos; ARRUDA, Rinaldo. S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DOURADO, Martha Fellows. **Política pública e construção participativa: análise da política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais**. Planaltina DF: UnB, 2012. (Monografia)

FREITAS, Maria Tereza de Assunção. **Vygotsky e Bakhtin. Psicologia e Educação: um intertexto**. São Paulo: Ática, 1994.

FLEISCHER, Soraya. **Parteiras, Buchudas e Aperreios**. Uma etnografia do cuidado obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, *Pará*. Santa Cruz do Sul, EDUNISC e Belém, Paka-Tatu, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUARINELLO, N. **Memória coletiva e história científica**. Revista Brasileira de História, São Paulo, (28), p.181, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A Editora, 1992.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na Senzala. Quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo, Editora Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Glória (coord). **Uma história do povo Kalunga**. Brasília DF: MEC, Secretaria de Educação Fundamental, 2007.

_____. O direito à diferença. In: **Kabengele, Munanga. Superando o racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Origem e histórico dos quilombos em África. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes et al. **Saberes e fazeres tradicionais do cerrado: sabão de Tingui (*Margonia Pubescens*)**. Brasília: DF: Decanato de Extensão/ UnB, 2012.

SARAIVA, Regina Coelly F.; RODRIGUES, Livia Penna Firme; NOGUEIRA, Mônica Celeida R. **Saberes e fazeres tradicionais sobre o cerrado: a experiência de Dona Flor**. Brasília: Universidade de Brasília, Decanato de Extensão: 2011.

RATTS, Alecsandro J. Prudente. **As etnias e os outros: as espacialidades dos encontros/confrontos**. In: Revista Espaço e Cultura. Rio de Janeiro, v. 18, n. 17, p. 77-88, 2004. Rio de Janeiro, NEPEC/UERJ.

SILVA, Givânia Maria da. **O processo educativo de Conceição das Crioulas: Uma experiência de educação “diferenciada”**. Brasília, Ed. UNB, 2011 (relatório de qualificação).

SAMPAIO, Antonio Alencar. ROCHA, Evandra. **Cordel de plantas medicinais do cerrado**. Goiania: Kelps, 2012.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1996.

Documentos Eletrônicos:

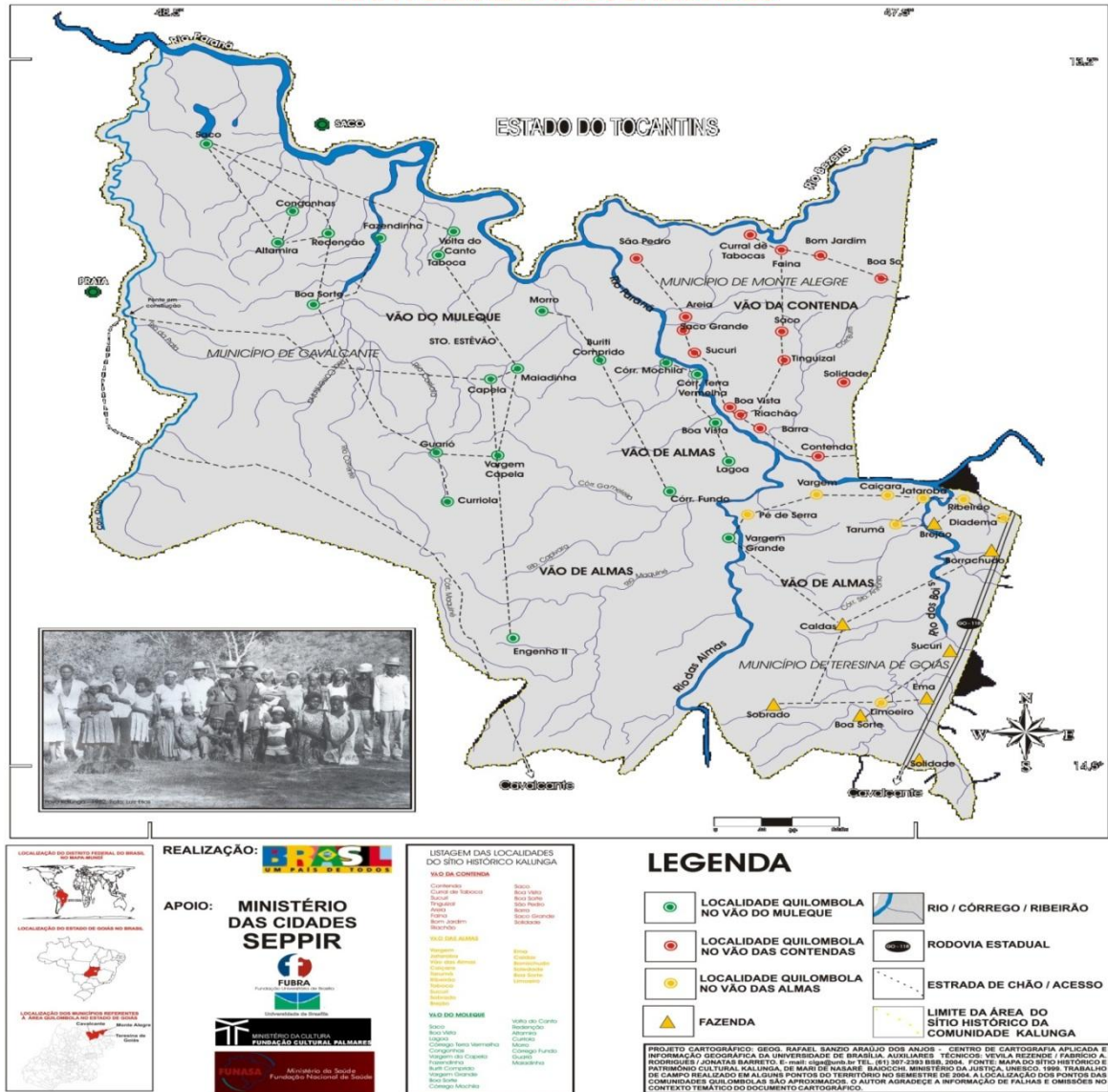
CASCUDO, Luís da Câmara. “O aboiador”. Disponível em:
<http://www.mcc.ufrn.br/portaldamemoria/wordpress/?page_id=452>.

ANEXOS

ANEXO I

Mapa 1 – Mapa da localização dos Municípios que abrangem a Comunidade Quilombola Kalunga

SÍTIO HISTÓRICO E CULTURAL DO REMANESCENTE DE QUILOMBO KALUNGA - GO. - MAPA GERAL DAS LOCALIDADES -



Fonte: Araújo (1999)

ANEXO II:

Roteiro de entrevistas realizadas com a comunidade Ribeirão dos Bois e Diadema

Data da entrevista.

1. Dados pessoais do (a) entrevistado (a):

A) Qual seu nome completo?

B) Onde nasceu (local de nascimento)? Nasceu no campo ou na cidade?

C) Quantos anos têm?

D) Em que data? Data de nascimento completa (dia/mês/ano)

E) Qual seu estado civil?

F) Quantos filhos têm? Onde nasceram?

G) O Sr./Sra. teve oportunidade de estudar? Qual seu grau de instrução?

H) Qual sua profissão? Com o que trabalhou ao longo de sua vida?

2. Quais são as plantas medicinais utilizada no parto que o (a) senhor (a) conhece?

3. Como esse conhecimento sobre os parto foi adquirido?

4. Quantos partos já fizeram?

5. Qual a importância desses saberes e fazeres para comunidade Ribeirão dos Bois?

6. Qual a diferença entre as ervas medicinais do cerrado dos medicamentos da farmácia?

7. O que está levando a perda desses saberes e fazeres dos partos tradicionais na comunidade Ribeirão dos Bois e Diadema?